

comportamento ao nível do Investimento Direto Estrangeiro(IDE) em Portugal, entre XX e XXI. Em termos de distribuição geográfica dessas empresas fica claro o forte peso das duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, que concentraram entre XX e XXI, ainda que pareça existir alguma tendência para a redução dessa concentração com maior dispersão pelo país nos últimos anos. Verificámos ainda o reforço do crescimento dos serviços face aos outros setores, sobretudo os serviços às empresas mais qualificados, por exemplo os serviços de programação e informática, mas também de serviços menos qualificados. Por fim, e contrariando a ideia de que esta atividade tinha deixado de ser atrativa para o investimento, nota-se um aumento do IDE no sector da agricultura. A análise do IDE numa perspetiva regional é ainda escassa, sendo um campo que importa investigar, na medida em que pode desempenhar um papel central no desenvolvimento e crescimento das regiões (Melo, 2013). A fim de obter vantagem competitiva, as regiões (ou as suas instituições) adotam um leque diversificado de estratégias com o objetivo de participar numa competição mundial para atrair a localização de centros de investigação e desenvolvimento, museus, festivais e outros eventos culturais. A capacidade de ancoragem é fundamental e decorre, em grande parte, do reforço de competências ao nível local e da capacidade que os diversos atores (empresas, poder local, instituições de ensino) mostrarem para, em cooperação e interação, dinamizarem atividades inovadoras, reforçando o capital territorial. À medida que a concorrência aumenta para captar uma parcela desses investimentos os governos e as regiões têm vindo a criar agências especializadas com o objetivo de promover o país ou região e atrair novos investimentos. Num contexto em que a captação de investimento estrangeiro é decisiva para aumentar a competitividade das economias procuraremos nesta comunicação, a partir do desenho das tendências apresentadas, efetuar uma análise mais fina dos dados, bem como complementar a informação estatística com a realização de entrevistas junto de instituições locais e regionais no sentido de perceber o seu papel no processo de atração de IDE.

Teresa Sá Marques, Miguel Saraiva, Márcio Ferreira, Catarina Maia e Fernando Honório – *Avaliar as vulnerabilidades sociais e as desigualdades territoriais em Portugal*

A crise económica da década passada exacerbou os problemas de vulnerabilidade existentes na Europa, principalmente nos países do sul. Estas problemáticas relacionam-se sobretudo com o desemprego, a precariedade no emprego, os baixos rendimentos, as más condições de habitabilidade, o fraco acesso a serviços básicos, a insegurança, entre outros. Além disso, certos grupos sociais estão mais vulneráveis que outros, nomeadamente os idosos, e os mais jovens, mas também o género feminino e a população migrante.

Não obstante, não existe consenso sobre como identificar e caracterizar pessoas vulneráveis numa determinada sociedade. O carácter multidimensional da vulnerabilidade, da exclusão, da pobreza ou, no extremo oposto, do bem-estar, é difícil de captar, medir ou monitorizar

(Madanipour & Weck, 2015). Simplificando, vulnerabilidade significa famílias e pessoas que têm mais dificuldade em enfrentar as adversidades e aceder a benefícios e direitos universais, seja por falta de recursos como rendimentos, educação, ou condições de saúde, ou por causa de discriminação devido à idade, sexo, localização geográfica ou à distribuição inadequada de serviços ou bens (Sen, 2003, Marques et al., 2016).

Embora o aumento da qualidade de vida seja um objetivo transversal nas políticas públicas e o objetivo da coesão seja central, os efeitos da vulnerabilidade só recentemente começaram a ser documentados em investigações científicas. Geralmente, as avaliações comparativas de vulnerabilidades são baseadas num número limitado de indicadores (muitas vezes económicos) e não se fazem análises comparativas a diferentes escalas territoriais.

Hoje, os discursos e as políticas públicas estão preocupados em responder aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Entre vários objetivos, a nossa investigação dá contributos para a necessidade de erradicar a pobreza (meta 1), a saúde de qualidade (meta 2), a educação de qualidade (meta 4), o acesso ao trabalho digno (meta 8), a redução das desigualdades (meta 10), e tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis (meta 11). Além disso, as perspetivas da OCDE (2017) e as agendas de coesão CE (2018) defendem a necessidade de se promoverem políticas de combate à desigualdade social e à exclusão, enfatizando a importância de abordagens baseadas nos contextos dos diferentes territórios.

Em Portugal, sobretudo depois dos impactos da última crise económica, há a necessidade de compreender as dimensões da vulnerabilidade, bem como representar as diferentes problemáticas e realidades territoriais, de forma a medir, compreender e apoiar as políticas públicas. Consequentemente, utilizando Portugal como caso de estudo, realiza-se um diagnóstico multivariado, criando e desenvolvendo perfis de vulnerabilidade de base territorial. Estes perfis baseiam-se num amplo conjunto de indicadores relevantes para a qualidade de vida, organizados em nove domínios diferentes, variando desde a educação, o emprego, a habitação, até aos rendimentos e a acessibilidade aos serviços. O objetivo é, por um lado, superar a falta de avaliações territoriais de vulnerabilidade à escala concelhia e, por outro, fornecer uma base de evidências para promover abordagens políticas e desenvolver respostas integradas de base territorial (às escalas regionais, intermunicipais e municipais).

Para esta análise utilizou-se uma multiplicidade de indicadores, estruturados pelos nove domínios. Cada indicador foi cartografado e representado ao nível municipal, levando à criação de perfis de vulnerabilidade para cada domínio. No final, construiu-se uma síntese geral de vulnerabilidade que combinou todos os domínios, através de técnicas multivariadas de análise estatística. Mais do que exibir diferenças territoriais, esta abordagem permite discutir diversas realidades geográficas em Portugal e fornecer resultados para apoiar

políticas de base territorial. Desta forma, potencia-se a integração de políticas, a promoção da coesão social e a equidade territorial.

Tiago Castela – *Urban Histories of Debt and Plural Learnings*

This paper is concerned with how research on the politics of social space-time can recall situated urban histories of debt. Research within the field of political economy shows that despite the common and growing importance of housing debt in contemporary rationalities of government in European Union states and elsewhere, even a mostly synchronic perspective reveals contrasting specificities of national states. In particular, one may evince from Ana Cordeiro Santos' work that while broad pronouncements on the EU's neoliberalization project of the urban are sound, to paraphrase South African geographer Gillian Hart such declarations may be disabling for those engaged in properly political struggles around housing that are also national. To complement that argument, this paper notes the ways in which a diachronic and situated perspective is necessary to understand the persistencies of past regimes of housing debt, including necessarily an attention to practices towards the avoidance of debt. For example, in the Lisbon area a substantial part of present-day housing was created through partly informal processes that arose in the frame of the postwar fostering of working-class suburbanization in association with a lack of access to housing through debt, in the frame of a dictatorial regime whose development policies did not encompass direct involvement by the state apparatus in housing provision—at least until the 1960s growth in FDI brought by membership in the European Free Trade Area led by the United Kingdom. Later, as political democratization from 1974 onwards entailed increased access to debt and the discursive marginalization of rental living, the legacy of informal housing creation processes was continued by many urbanites to avoid becoming indebted, both accessing property and its profits while being classified as disorderly, “clandestine” subjects within the frame of the democratic and neoliberal order. It is impossible to understand the contradictions of the fragmented urban landscape of debt in contemporary Lisbon without recalling this history, and particularly the various kinds of endangered performances of urbanity, as relatively privileged households are being increasingly evicted from their homes as a result of “touristification”, while supposedly un-normative households living in peripheral, “clandestine” houses have sometimes acquired relative wealth through the avoidance of both bank mortgages and rental housing, or even through the subdivision of originally large lots.

Thus, this chapter also notes that while the focus on the roles of gentrification and tourism, or on violent eviction of squatters, in urban neoliberalization is laudable, research on such issues often focuses on parts of the city that are not necessarily representative of the urban landscape of debt experienced by most urbanites. A perspective that acknowledges plural urbanities, without disregarding the actual existence of privileged or criminalized